

A Criminologia e as Desventuras do Jovem Dado

Gláucio Ary Dillon Soares

I. UMA NOTA METODOLÓGICA

O estudo consciente da violência precisa de dados, e de dados confiáveis. As séries históricas dos crimes e homicídios de alguns países europeus são muito antigas. Infelizmente, as nossas são muito posteriores: muitas começaram no final da década de 70. A qualidade dos dados é outra variável importante: a cobertura e as definições variam muito. Assim, comparações que incluam países latino-americanos e suas divisões são historicamente limitadas, sendo poucos os países com dados minimamente confiáveis anteriores a 1960. No Brasil, eles começaram em 1979 (1977 em alguns estados), o que dificulta testar a popular teoria que vincula o crescimento historicamente recente do crime e da violência à crise econômica da década dos 80. Não temos séries longas e confiáveis *anteriores* à crise, que permitam detectar *mudanças* a partir de 1982, data oficial do início da crise. Porém, os dados que existem mostram que a taxa de homicídios vinha crescendo *antes* da crise, por um lado, nem houve um grande aumento a partir da crise, pelo outro. Além disso, as séries de alguns países latino-americanos tampouco revelaram um impacto da crise dos 80 sobre as taxas de homicídio e/ou de mortes violentas. Não foi um fenômeno generalizado na América Latina.

A qualidade e a extensão dos dados não vieram de supetão. Podemos pensar esse processo como um cubo: de um lado, os municípios que informam; do outro, sobre o que informam (muitos municípios informam sobre algumas áreas, mas não sobre outras). Aí temos uma matriz de municípios e sobre o que informam. Na vertical, completando o *cubo das informações*, temos a qualidade. Atuando contra a boa qualidade estão as informações incompletas, as de má qualidade, as inventadas e assim por diante. Claro está que esse cubo não é estático, ele muda. Além das mudanças aduzidas pelos municípios, as políticas públicas e o crescimento do conhecimento exigem que o cubo cresça, que incorpore novos itens e temas.

O contexto descrito acima não é peculiaridade do nosso país. O UCR (*Unified Crime Report*) nasceu em 1920, por iniciativa do *International Association of Chiefs of Police* (IACP) e do *Social Science Research Council* (SSRC). É interessante que tenha sido uma iniciativa de policiais e de pesquisadores. O primeiro relatório

só foi publicado em 1930 e incluía somente sete crimes e 43 estados. A cobertura era mínima: somente 400 cidades e vinte milhões de cidadãos, aproximadamente vinte por cento da população. E os outros oitenta por cento? Ficaram de fora. Ou seja, de lá para cá, o cubo do UCR cresceu em todas as direções: aumentou o número de crimes incluídos no Relatório; aumentou a percentagem de *counties*, cidades, estados e cidadãos cobertos pelos relatórios e melhorou muito a qualidade da informação. Quando o UCR passou a ser administrado pelo FBI o cubo cresceu em todas as direções. O mesmo acontece no Brasil com a sistematização e padronização dos dados realizada pela SENASP.

Recentemente o UCR foi suplementado e corrigido pelo NIBRS e, desde 1972, o *National Crime Victimization Survey* (NCVS) procura avaliar qual a percentagem de cada crime que não chega ao conhecimento das autoridades e não entra no UCR e no NIBRS. O Brasil partiu, em relação aos Estados Unidos, com quase sessenta anos de atraso no que concerne à organização da informação criminal, mas essa distância temporal está diminuindo. A primeira pesquisa nacional de vitimização está prevista para esse ano, 2011.

Há muito em jogo: vidas humanas, sofrimento, propriedade e muito mais. Por isso, políticas públicas de contenção da violência, em geral, e dos homicídios, em particular, não podem se basear em "achismos". Erros nos dados conduzem a erros nas análises e nas políticas baseadas nelas. Esses erros podem ser triviais ou sérios.

A função do Organizador de um Congresso ou Seminário não é apresentar um trabalho semelhante aos demais; os trabalhos apresentados são *substantivos* e esta é, apenas, uma nota metodológica a respeito das dificuldades em coletar e analisar dados relativos aos crimes e aos homicídios.

2. ALGUNS PROBLEMAS

Viver num lado; matar e morrer no outro. As estatísticas da saúde se limitam ao local do falecimento. Indivíduos alvejados, esfaqueados etc. em um local (município e até estado), morrem com certa frequência em outro e a morte é computada no local do falecimento e não da ocorrência.

3. O PESO DOS NÃO-RESIDENTES ALTERA AS ESTATÍSTICAS

Os dados do SIM, referentes a 1997 mostram que 21,5% dos falecimentos por homicídios no Brasil foram em município *diferente* do de residência. Outro exemplo: o Entorno responde por 27% das crianças e adolescentes encontrados nas ruas do Distrito Federal - residem no Entorno, mas são computados como meninos de rua no Distrito Federal. São uma população de risco como vítimas e como autores.

As estatísticas de homicídios, em particular, e de crimes, em geral, de alguns municípios podem ser artificialmente “inchadas” por esse erro: um estudo das vítimas de homicídio mortas nos municípios das capitais estaduais que residiam *fora* deles revela que elas podem atingir percentagens altas sobre o total de mortes.

Tabela 1:
Percentagem das vítimas de homicídio mortas
nos municípios das capitais estaduais que residiam *fora* deles, ano 2000.

Capital	% sobre o total
Vitória	42%
Natal	39%
Recife	35%
Goiânia	31%
Aracaju	30%
Curitiba	26%
Porto Alegre	26%
Maceió	20%
Palmas	20%

Esses dados reforçam a importância de estudar as *regiões metropolitanas*, como foi feito por Roberta Guimarães neste seminário. Eles reduzem os erros e eliminam os derivados de diversas combinações de município para município dentro da mesma região metropolitana. Do lado negativo, perdemos a variância entre os municípios da mesma região.

Esses problemas persistem no nível estadual porque há partes de estados que foram satelizadas por outro estado. É o caso do Entorno do Distrito Federal. Um número considerável de pessoas têm residência no Entorno (seja no Entorno mineiro, seja no goiano). Dormem lá, mas grande parte da sua vida ativa é passada no Distrito Federal (trabalho, diversão, educação, hospitalização etc.), onde estão mais expostas a praticar ou sofrer um crime ou violência do que no estado em que residem. Para fins censitários, entram no denominador de muitas taxas no estado de residência, onde estão localizadas as cidade-dormitório, mas em muitas atividades aparecem no Distrito Federal, causando uma distorção. Dados a respeito do número de pessoas que, residentes em Goiás ou em Minas Gerais, são vítimas de homicídio no Distrito Federal e vice-versa ilustram esse problema.

Gráfico 1:
Vítimas residentes em Minas pesam nas estatísticas do DF

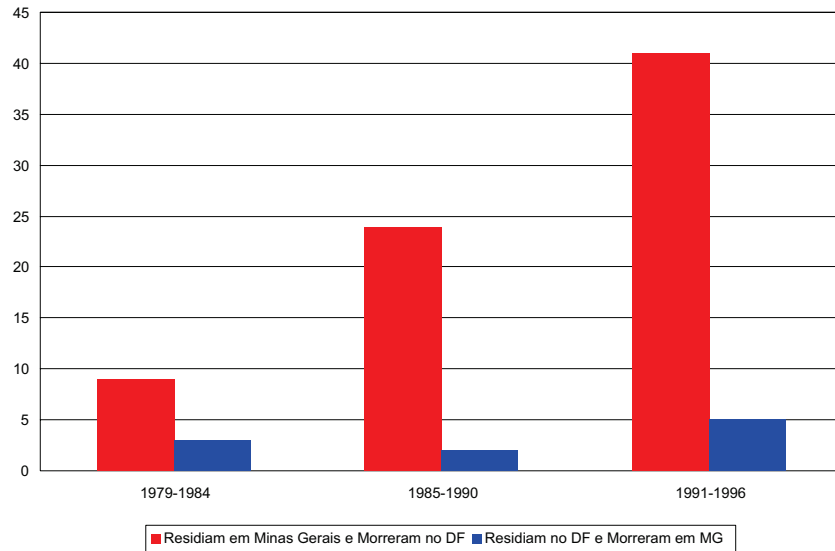
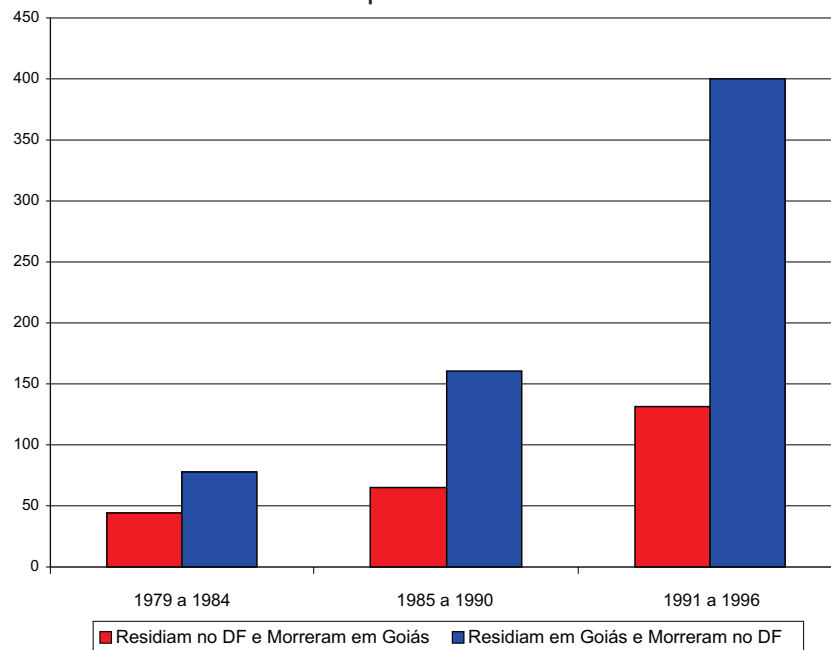


Gráfico 2:
Vítimas residentes em Goiás pesam nas estatísticas de homicídio do DF



4. PODEMOS RECALCULAR AS VÍTIMAS E OS AUTORES?

Poderíamos recalcular, por exemplo, as taxas de Vitória levando em consideração apenas as vítimas residentes, o que diminuiria em 42% o numerador. Essas medidas reduziriam muito as distorções, mas estariam longe de eliminá-las. A vítima é, apenas, um dos termos da equação. Falta o autor. As taxas de uma região (estado, área metropolitana, cidade ou bairro) podem ser artificialmente aumentadas devido à atuação de autores de homicídio residentes fora dela.

Porém, a residência é apenas um dos critérios para definir as âncoras temporais e espaciais de uma pessoa: o local do trabalho, do estudo, da diversão e outros locais também contam. Idealmente, o risco seria computado sobre o tempo passado em cada lugar. Por essas razões, as pesquisas de vitimização se tornaram mais complexas (e exatas), levando em consideração não apenas a residência formal, mas também as atividades importantes do cotidiano, como trabalho, escola e transporte.

5. IMPLICAÇÕES DAS BAIXAS TAXAS DE RESOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS

A taxa de resolução de homicídios no Brasil é baixa, sendo baixíssima em alguns estados e cidades (menos de dez por cento)¹. O acesso a dados sobre os homicidas presos é muito dificultado. Mesmo se tivéssemos a informação sobre todos estes – o que não temos – ainda teríamos que solucionar os imensos vieses provocados pelo total dos homicidas não presos. Não podemos generalizar, a partir dos poucos que são presos, as mesmas informações para os demais. Não são farinha do mesmo saco.

6. AS MORTES COM INTENCIONALIDADE DESCONHECIDA E AS MORTES COM CAUSAS IGNORADAS

Dentre as ocorrências, há mortes violentas sobre as quais se ignora *legitimamente* se são homicídios, suicídios ou acidentes. Porém, sabe-se que há categorias classificatórias que são usadas para ocultar muitas vítimas da violência policial. Essa é uma de várias formas que já foram muito usadas no Rio de Janeiro.

Outras mortes são de desconhecimento “legítimo”, mas que podem indicar incompetência do estado na sua notificação. Uma alta porcentagem de mortes violentas com intencionalidade desconhecida revela a incapacidade do estado, particularmente do seu aparelho policial e judicial, em corretamente localizar e identificar os mortos e a *causa mortis*.

¹ Em 2006, em São Paulo, a taxa de resolução era de 41% (taxa média dos DPs). Se considerarmos apenas o DHPP, a taxa sobe para 65%. Dados gentilmente fornecidos por Tulio Kahn.

7. TENDÊNCIAS DAS MORTES COM INTENCIONALIDADE IGNORADA

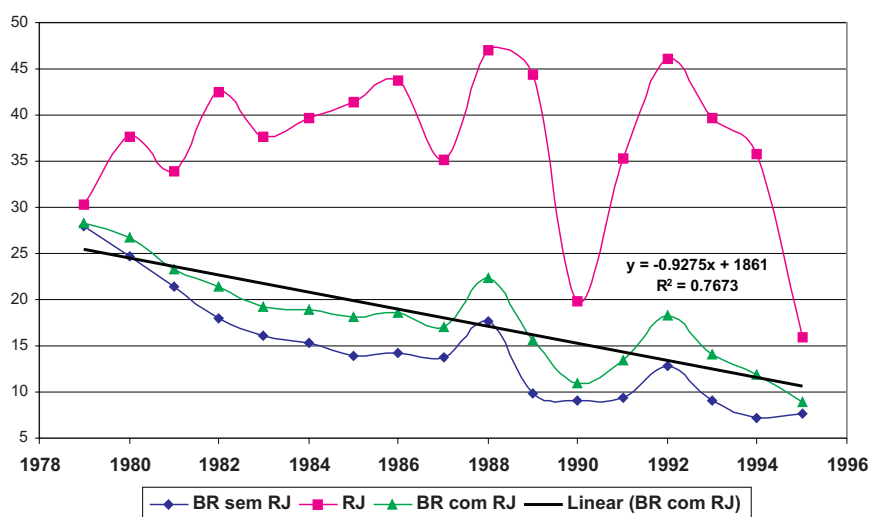
As tendências no número e taxas desse tipo de morte permite algumas conclusões: primeiro, esta percentagem decresceu desde 1979, primeiro ano sobre o qual temos informações e já no início do fim da ditadura militar, o que ressalta uma das virtudes da democracia – a exigência de dados verídicos. Porém, ela subiu substancialmente em 1988 e voltou a decrescer, particularmente em 1990; esse decréscimo foi muito influenciado pela queda vertiginosa na categorização de mortes violentas nesse rubro no Rio de Janeiro. Houve, de fato, uma política objetivando sua redução, que resultou no decréscimo das mortes com intencionalidade ignorada: de 46% a 16% das mortes violentas.

POR QUÊ?

Políticas públicas exigem a verdade, ou facilitam a mentira, que prejudica o conhecimento, o planejamento, a prevenção e a repressão ao crime. Houve uma política que explica essa redução. Porém, as unidades da federação não têm nem tiveram a mesma capacidade organizativa de produzir dados confiáveis – de qualquer tipo e não apenas criminais. O Ministério da Saúde avalia que a qualidade dos dados que recebe e a percentagem do total de municípios de um estado que fornecem dados inadequados varia muito entre elas. O próprio SIM produz esses dados e a variação entre os estados não parece seguir uma das lógicas esperadas.

Gráfico 3:

Mortes Violentas com Intencionalidade Desconhecida, 1979 a 1995



Evidentemente, essas deficiências geram a pergunta: quantos crimes chegam ao conhecimento das autoridades (e quantos não chegam)? Há muita informação inexata, dados cujos erros variam com a vítima; com o crime; com a autoridade; com a experiência com as autoridades; com o estado e o município.

AUMENTAR A ABRANGÊNCIA DOS DADOS CONFIÁVEIS E REDUZIR O PESO DOS MUNICÍPIOS FALTOSOS É ESSENCIAL. A VARIÂNCIA ESPACIAL NA REGULARIDADE DA INFORMAÇÃO É GRANDE.

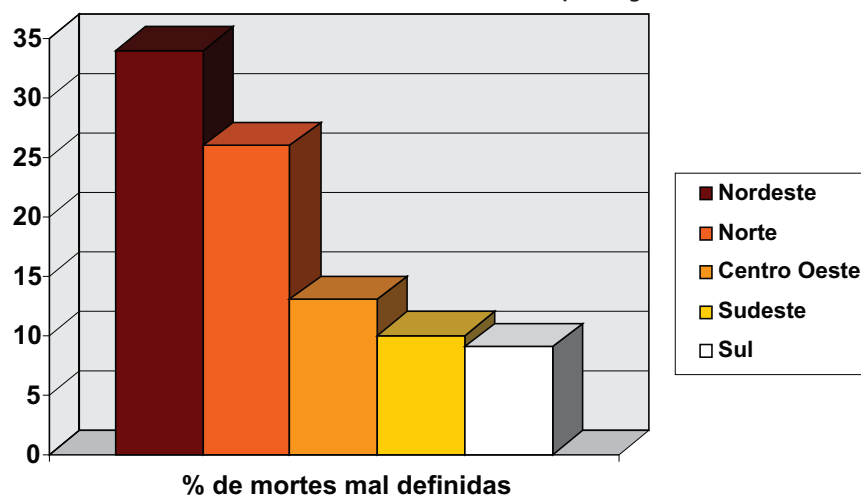
Em 1995, a porcentagem da população dos municípios que apresentaram informações regulares sobre o total da população do estado variou de 0% em Roraima, a mais de 90% no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O problema é, portanto, antigo. A regularidade da informação sobre mortalidade geral varia muito e se correlaciona com o nível de desenvolvimento econômico da região.

Tabela 2:
Porcentagem de Informações Regulares por Região

Sudeste	87%
Sul	77%
Centro-Oeste	42%
Nordeste	37%
Norte	21%

A maior regularidade das informações aumenta a confiabilidade das pesquisas. A porcentagem de mortes mal definidas também varia com o desenvolvimento econômico, social e político da região.

Gráfico 4:
Percentual de Mortes mal definidas por Região



A qualidade dos dados fica seriamente comprometida pelas más relações entre a população e as autoridades – principalmente as polícias – fazendo com que muitas informações não cheguem ao conhecimento das autoridades.

Tabela 3:
Dados de pesquisa dirigida pelo autor em 1998 no Distrito Federal

Tipo de Agressão	Procurou autoridade (%)	Não procurou autoridade (%)
Roubo à mão armada	41,8	58,2
Ferimento por arma branca	35,9	64,1
Ferimento por arma de fogo	41,7	58,3
Vias de Fato	19,5	80,5

8. ALGUMAS DAS PRINCIPAIS FONTES DE DISTORÇÃO

São muitas as causas de distorção da informação que chega ao conhecimento das autoridades; algumas são gerais, de qualquer tipo (nascimento, mortes, crimes, educação, renda etc.) e outras são específicas (mortes violentas e crimes):

- A alta percentagem da população dos municípios que não apresentam informação regular, sobre o total da população do estado, levando, quase sempre, à sub-enumeração das mortes;
- A alta percentagem das mortes por causas mal-definidas sobre o total das mortes *registradas*;
- A alta percentagem, sobre o total das mortes violentas, dos “homicídios legais”, autos de resistência e das mortes com intencionalidade não determinada.

9. OS DESAPARECIDOS

Há perto de um ano, a sociedade civil organizada se inquietou a respeito dos desaparecimentos no Estado do Rio de Janeiro. Justificadamente assustada com o número, que parecia altíssimo, fez críticas duras ao governo com grande repercussão dentro e fora do Brasil. Afinal, os dados mostravam um número alto de desaparecidos, mais de quatro mil por ano. Como a maioria dos fenômenos violentos responde à lei dos grandes números, há uma certa estabilidade nos totais e, durante amplo período, os desaparecidos somavam de três a cinco mil por ano.

Não obstante, tratava-se de um fenômeno antigo, mas que passara relativamente despercebido. As organizações da sociedade participativa passaram à ação. Cruzes de madeira foram colocadas em lugares diferentes da cidade do Rio de Janeiro pela ONG Rio de Paz. Grupos de trabalho e discussão foram estabelecidos. Uma das interpretações mais extremas afirmava que os desaparecidos eram homicídios, cujos corpos nunca foram identificados. O problema, antes social e possivelmente criminal, se politizou.

Muitas perguntas, poucas respostas. Os dados existentes eram muito ruins, com muitas falhas. O Instituto de Segurança Pública, que é o órgão responsável pelas pesquisas, análises criminais e capacitação profissional no estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Segurança, teve uma resposta positiva aos protestos. Para começar, convidou pesquisadores para ver como saber mais, como responder às perguntas e às justas críticas. Surgiu a ideia de realizar uma pesquisa. Era necessária. Quem eram os desaparecidos? Não se sabia. Quantos reapareciam? Não se sabia. Eram homicídios? Não se sabia. Foi o desconhecimento e a má qualidade dos dados existentes que levou à realização de uma pesquisa sobre os desaparecimentos.

Como consultor *pro-bono*, propus realizar várias pesquisas menores, mais baratas, em sequência, além de refinar a base de dados existente, que tem muitas deficiências. Para saber se eram homicídios, comparamos os perfis das vítimas de homicídios com o dos desaparecidos. O passo seguinte, em andamento, é baseado em entrevistas com as pessoas que registraram os desaparecimentos. O terceiro aproveitará outra pesquisa, maior, adicionando perguntas para estimar quantos são os desaparecimentos não registrados. Existem, mas não sabemos quantos são. E a sociedade tem direito de sabê-lo.

A notícia de que havia uma pesquisa sobre desaparecidos, realizada pelo ISP, gerou muitas especulações. As mais radicais afirmavam que muitos, talvez a maioria, eram vítimas de homicídios, cujos corpos não tinham sido encontrados. Essa hipótese, baseada em chute, é errada. Desaparecimentos e homicídios não são farinha do mesmo saco. A análise de perfis não deixa dúvida: a predominância dos homens é muito maior entre as vítimas de homicídios: 92% vs 62% entre os desaparecidos. As mulheres representam menos de 10% das vítimas de homicídios, mas representam quatro de cada dez desaparecimentos registrados.

A idade também demonstra um perfil muito diferente: em comparação com as vítimas de homicídios: crianças e adolescentes, por um lado, e idosos, por outro, são muito mais frequentes entre os desaparecidos. Há mais desaparecidos nas pontas da idade, entre os muito jovens e os idosos. É um perfil que bate com o de outros países, onde também há muitas crianças e idosos entre os “desaparecidos”. No Rio de Janeiro, os desaparecimentos são registrados pelos

pais ou responsáveis, mas os reaparecimentos não. E as crianças estão brincando em casa, mas permanecem no registro dos desaparecidos. Na pesquisa que oriento apareceram muitos casos deste tipo.

Do outro lado da distribuição por idades, a porcentagem de desaparecidos cresce depois dos 60 anos, em contraste com o que acontece na população porque as taxas de mortalidade aumentam e quanto maior a idade menor a porcentagem sobre o total de pessoas. Os idosos representam 3% da população e 13% dos desaparecidos. Por que cresce a porcentagem de desaparecidos nas idades mais avançadas? Por um lado, elas refletem a influência de doenças degenerativas, como a demência e o mal de Alzheimer; por outro, elas refletem a dramática perda de status que acompanha as idades avançadas, tanto na sociedade quanto na família. Perdem autonomia, passam a requerer cuidados, mas não há recursos financeiros ou emocionais para cuidá-los bem, alguns começam a vagar pelas ruas e são dados como desaparecidos. Não sabemos tratar nossos idosos – é um problema de direito próprio.

Ironicamente, os dados analisados mostram outra face dos desaparecidos: esse é um fenômeno de classe e de raça. Os brancos são minoria entre os desaparecidos e os pretos (nomenclatura do IBGE) são o grupo de cor mais numeroso. No que concerne a educação, um bom indicador de *status* socioeconômico, os desaparecidos estão corridos para baixo, com moda, média e mediana educacionais mais baixas que a da população. Não obstante, os dados sobre a educação são péssimos.

E as drogas? Afinal, pelo menos intuitivamente, as drogas estão na origem de muitos males sociais, inclusive o crime. As drogas podem ter sido pouco relevantes. Segundo os informantes, a maioria dos desaparecidos nunca usou drogas ilegais. É legítimo suspeitar dessa informação, mas não há dados que a comprovem ou a desmintam. Não obstante, se quem registrou o desaparecimento admitiu, na pesquisa, que a pessoa que desapareceu usou drogas, a probabilidade de que não reapareça é muito mais elevada. O teste exato de Fisher (*nunca usou vs outras respostas*) que tem um valor estatisticamente significativo (0,0112) e o coeficiente de associação V de Kramer, de 0,18, mostram uma relação entre o consumo de drogas e o risco de desaparecimento.

Dados de vários *surveys* mostraram o tremendo desprestígio das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) no Brasil, o que pode fazer com que muitos não relatem os desaparecimentos. É a cidadania amedrontada, encolhida. A redução da cidadania, no Brasil, *também* se faz sentir na baixíssima porcentagem dos que relataram desaparecimentos em relação aos que se dão ao trabalho de informar o reaparecimento: *menos de 2%*! A explicação pode residir parcialmente na dificuldade das relações com a polícia, no medo da polícia, e também pode residir parcialmente no clientelismo tradicional de uma cultura

política que enfatiza direitos e não deveres, doações de cima e não conquistas de baixo. A cifra é real: 2%; as explicações que apresentamos para explicar porque essa percentagem é tão baixa são, apenas, *especulações* que parecem sensatas. Reitero que esses mesmos fatores podem fazer com que muitos desaparecimentos não sejam comunicados às autoridades.

Não obstante, entre os que o foram comunicados, a grande maioria reapareceu: a pesquisa direta, feita com uma amostra dos que registraram os desaparecimentos, revela que 86% dos desaparecidos tinham reaparecido.

Isso não quer dizer que os dados da pesquisa excluam toda e qualquer violência. É um salto da negação de que os desaparecimentos sejam, em sua maioria, homicídios à afirmação de que não indicam qualquer violência. A relação entre idade e reaparecimento é semelhante à relação entre idade e desaparecimento – em forma de U. Reaparecem mais os muito jovens e os idosos, mas cerca de 40% dos que têm entre 26 e 30 anos não reapareceram. Como a base amostral da pesquisa sobre os reaparecidos ainda é pequena, poderemos ter algumas mudanças, mas até agora nada indica que elas mudem o sentido das conclusões a que chegamos. Não obstante, certeza, só depois.

As notícias sobre os desaparecimentos suscitaram outra interpretação errada: os desaparecimentos seriam um fenômeno do nosso estado ou, pelo menos, do nosso país. Não é assim. Os desaparecimentos são muito comuns em outros países: na Austrália, cada 15 minutos é registrado um desaparecimento, que totalizam 35 mil pessoas por ano (*Missing Persons in Australia, 2008*). Naquele país, noventa e cinco por cento reaparecem em pouco tempo, normalmente em uma semana. A população da Austrália é de 21 milhões de pessoas. Na Nova Zelândia, a polícia registra oito mil pessoas como desaparecidas por ano. A população na Nova Zelândia é apenas quatro milhões e duzentas mil. O Estado do Rio de Janeiro tem perto de 15 milhões de habitantes e menos de cinco mil desaparecidos por ano. A taxa de desaparecidos é 167 por cem mil na Austrália; 190 por cem mil na Nova Zelândia e, no Rio de Janeiro, arredondando, ela é de 33 por cem mil. Isso não significa que realmente desapareçam muito mais pessoas na Austrália e na Nova Zelândia, mas que a população australiana e a neozelandesa relatam os desaparecimentos em maior número e mais rapidamente.

Há outras pesquisas planejadas e as conclusões baseadas nas amostras entrevistadas estão sujeitas à revisão. A Polícia Federal da Austrália mantém, pela internet, o perfil de desaparecidos, por província e no total². No respectivo site a cidadania é instada a enviar qualquer informação útil sobre um desaparecido. A participação da cidadania é indispensável para a investigação policial, particularmente no que concerne os desaparecidos.

² Ver em: <http://www.missingpersons.gov.au/missing-persons/profiles/all.aspx>

Cerca de vinte mil *jovens* australianos são considerados desaparecidos. Essa magnitude é séria, numa população estimada em cerca de 22 milhões de pessoas. A população do Estado do Rio de Janeiro é estimada em pouco mais de 13 milhões de pessoas e menos de cinco mil pessoas desapareceram em 2007. Ou seja, o número de *jovens* desaparecidos na Austrália é quatro vezes maior do que o total de desaparecidos no Rio de Janeiro, que tem perto de nove milhões de pessoas a menos.

Quer isso dizer que a Austrália seja um país mais violento, com mais crime e com mais homicídios do que o estado do Rio de Janeiro? Claro que não. A taxa de homicídios no nosso estado anda perto de 35 por cem mil habitantes, ao passo que na Austrália ela é inferior a dois e tem sido inferior a 2,5 desde 1915. É um padrão estável. Adam Graycar, Diretor do *Australian Institute of Criminology* (AIC), em texto escrito para o Anuário Estatístico de 2001, mostra que esse nível é estável e que, em toda uma década, houve 3.150 homicídios no país³. Os números australianos de desaparecidos são muito mais altos: incluindo os que foram levados ao conhecimento da polícia e os de algumas agências não governamentais com programas dedicados aos desaparecidos, sobretudo o *The Salvation Army Family Tracing Service* e o *Red Cross Tracing Service*, exclusive as duplicações, chegamos à altíssima taxa de 170 por cem mil habitantes, o que elimina qualquer identidade entre desaparecidos e vítimas de homicídio na Austrália e no Rio de Janeiro.

Como é possível que um país tão menos violento do que o nosso estado tenha um número de desaparecidos muito maior do que nós? Essas comparações são um alerta para a interpretação dos dados relativos aos desaparecidos no estado do Rio de Janeiro. Os desaparecidos em lugares e tempos diferentes podem não ser iguais. Como hipótese inicial, podemos propor que a população australiana tem uma relação melhor com a polícia; sabemos que seu nível educacional é muito mais alto e as definições podem variar. Em alguns países, são necessárias 24 horas para declarar *uma criança* desaparecida, mas outras jurisdições preferem esperar até 72 horas para tal definição e inclusão no rol nacional dos desaparecidos.

Uma pesquisa séria feita com os desaparecidos de 2005 e 2006, na Austrália, por Marianne James, Jessica Anderson e Judy Putt, do consagrado *Australian Institute of Criminology*, chegou a conclusões interessantes. O mais alto risco de “sumir” (leia-se: sair de casa) era na casa dos 13 aos 15, e muitos(as) o faziam mais de uma vez ao ano, o que significa que as estatísticas se referem a *desaparecimentos* e não a desaparecidos.

Nem todos os desaparecimentos de jovens com dificuldades na família são espontâneos. Biehal e Wade, em 2004, mostraram que, no Reino Unido, em cada cinco jovens que saíam de casa, de fato foi mandado embora por uma

³ <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/4524A092E30E4486CA2569DE00256331>

pessoa da família. São os chamados “*throwaways*”, literalmente, os que foram jogados fora da casa.⁴

As características, na Austrália, dos adultos e, sobretudo, dos idosos e as razões para incluí-los na lista de desaparecidos, são diferentes das dos jovens. As doenças mentais, alcoolismo e drogas pesam mais entre eles, assim como os suicídios⁵. Esse é um dado importante, pois os maduros (mais de 50 anos) e os idosos (mais de 60) representam 12% dos desaparecidos no estado do Rio de Janeiro, totalizando entre quinhentas e seiscentas pessoas desaparecidas nessas idades todos os anos.

No estado do Rio de Janeiro, 62% dos desaparecidos eram homens, mas na Austrália as mulheres são mais numerosas. Os jovens são metade dos desaparecidos australianos, ao passo que, no Rio de Janeiro, os com menos de 16 representam 24%. Os pontos de corte são diferentes. Os que tinham entre 16 e 20 representavam outros 20%; 44% somando os dois grupos.

A experiência australiana sublinha o caráter efêmero dos desaparecimentos. Em 2005-6, na província de Victoria, aproximadamente noventa por cento dos desaparecidos tinham sido localizados em uma semana. De vários pontos de vista, inclusive estatístico e policial, é baixo o número de pessoas que chamam para “dar baixa” nos desaparecidos. As pessoas voltam às suas residências ou são localizada em algum outro lugar que não seja perigoso, sem que isso seja informado à polícia ou outra autoridade. Com isso, permanecem no rol dos desaparecidos – sem sê-lo.

Para evitar os desaparecimentos, as situações e pessoas com algumas características são definidas como de alto risco:

- Conflito intra-familiar e violência doméstica;
- Puberdade e pressão de colegas na direção de comportamentos desviantes, inclusive fugir/sair de casa;
- Crianças e adolescentes colocados judicialmente aos cuidados de instituições ou de outras famílias;
- Problemas com álcool e com drogas;
- Doenças mentais, incluindo senilidade e Alzheimer’s.

Essas características estão associadas com desaparecimentos, fugas de casa e expulsões de casa. As polícias e os serviços sociais devem ficar de alerta para esses multiplicadores de risco.

4 Biehal N, Mitchell F & Wade J 2003. Lost from view: a study of missing people in the United Kingdom. Bristol: Policy Press. Ver, também, Biehal N & Wade J 2004. Children who go missing: research, policy and practice. Social Work Research and Development Unit, University of York, UK.

5 Ver *Missing persons in Austrália*, série *Trends and issues in crime and criminal justice*, n. 353, No.

IO. A HETEROGENEIDADE DOS DESAPARECIDOS

Como, mundo afora, os desaparecidos constituem uma categoria muito heterogênea, há algum tempo começaram a surgir estudos tentando tipificá-los e outros sobre tipos *específicos*. A maioria desses estudos é recente. Claro está que os estudos em que cada caso é analisado em profundidade, estes se baseiam em amostras e números menores. Não é viável fazer um estudo detalhado de todos os 30 a 35 mil que desaparecem na Austrália todos os anos.

William Syrotuck foi um dos primeiros a estudar as características e o comportamento de desaparecidos. Há três décadas (1976) publicou um estudo de apenas 229 desaparecidos em dois estados americanos, Nova Iorque e Washington. Menos de uma década mais tarde, em 1984, Barry Mitchell pesquisou um número maior, 2.814 casos, de todos os lugares dos Estados Unidos. Quando grupos específicos são estudados, o número de casos pode ser muito pequeno. Pacientes com a doença de Alzheimer, por exemplo, foram estudados por Koester e Stooksbury, mas eram apenas 25 casos, todos na Virgínia. Estudos desse tipo buscam compreender o comportamento de um tipo de desaparecidos, objetivando alimentar políticas públicas com vistas à prevenção. Koester continuou estudando o fenômeno e aumentando a base de dados, que se aproxima de uma centena.

Fora dos Estados Unidos e da Austrália, o tema também preocupa: Perkins, Robert e Feeney publicaram *Missing Person Behaviour – a UK study*, em 2002. Estudaram 372 casos.

As pesquisas feitas produzem diretrizes que são incorporadas pelas polícias. Manuais, como o *SAR Incident Management*, o fizeram. As diretrizes são baseadas nas informações empíricas. Para começar, onde buscar? Com recursos muito limitados, é crucial atingir um número grande de desaparecidos. Surge o conceito de “área de busca”, que preferimos chamar de *perímetro de busca*. Essa delimitação não é apenas física, mas inclui outras considerações, como atividades preferidas (cinemas, praias, parques, jogos, bares, áreas de prostituição, aeroportos, rodoviárias etc.). Para melhor delimitar, o objetivo principal é buscar o desaparecido onde for mais provável que ele ou ela esteja. Para isso, é necessário construir um banco de informações sobre cada desaparecido. Claro que informações secundárias obtidas de familiares, amigos e exame do local de residência podem ser cruciais. Em alguns casos, a informação está escrita e é encontrada. Os hábitos, saudáveis ou não, do desaparecido devem constar dessa base. O comportamento mais provável da pessoa é essencial na construção da base de dados. Vai fugir de novo, se esconder ou, ao contrário, buscará encontrar-se com os que a buscam?

A “teoria” policial sobre os desaparecidos supõe a existência de ímãs, sejam pessoas, lugares ou instituições, que exercem uma atração magnética sobre

eles. As buscas são conduzidas por etapas: fracassada a busca no perímetro de busca inicial, mais provável, é necessário ampliá-lo. E assim por diante. Claro que o risco de fracasso é maior nos perímetros de busca ampliados. Informações sobre os êxitos e os fracassos desses perímetros de busca devem ser incorporados à base de dados geral, contribuindo para sua melhoria.

II. DESAPARECIDOS E HOMICÍDIOS

Qual a participação dos homicídios nos desaparecimentos? Uma perspectiva pessimista é a de Glenn R. Schmitt, *Acting Director, National Institute of Justice* (em 2006). Ele nos lembra de que, em um dia comum do ano, há perto de cem mil desaparecimentos nos Estados Unidos em aberto, não resolvidos, e que todos os anos dezenas de milhares somem, muitos em circunstâncias suspeitas. Não são cem mil casos novos todos os dias, mas o estoque de desaparecimentos não resolvidos num dia qualquer. Defendeu os bancos de DNA como instrumentos para reduzir esses números. Não obstante, os dados que usa para propor o projeto de DNA não partem de desaparecidos e sim de vítimas de homicídio não identificadas. O projeto DNA foi inicialmente pensado para identificar vítimas de homicídio, mas pode ser útil nos casos de desaparecimento.

Há mais de quarenta mil restos humanos (cadáveres completos, outros em decomposição, partes de corpos) nos Estados Unidos, que não foram propriamente identificados. Desses, apenas seis mil estão na base de dados. Desses seis mil, sabemos que 25% são homicídios e outros 25% *provavelmente* também o são. Sabendo que, nos Estados Unidos (e nos países com alta renda *per capita*, em geral), os suicídios são muito mais frequentes do que os homicídios; portanto, é um procedimento estatisticamente incorreto atribuir a maioria dos demais casos a homicídios⁶. São dados impressionantes, ainda que se refiram a *lifetime prevalence*, a todos os restos mortais existentes que não foram devidamente identificados.

O autor critica seriamente o comportamento de cidades e condados que continuam a enterrar e cremar restos não identificados de pessoas sem tentar coletar o seu DNA. Ainda hoje, boa parte dos laboratórios criminais não consegue analisar o DNA de muitas amostras, particularmente quando elas são velhas e decompostas. O *National Institute of Justice* estimula os estados a proibirem o enterro ou cremação de corpos sem antes coletar material para identificar o DNA (nos Estados Unidos, uma federação, os órgãos federais na maioria das ações sugerem e estimulam, mas não obrigam os estados a adotar uma política). Além disso, procura treinar peritos no uso do DNA e conscientizar os policiais da sua importância.

Não temos que re-inventar a roda. Podemos e devemos aprender com as muitas experiências de outros países. Há vários modelos e casos de sucesso no que concerne a bancos identificadores. O *Center for Human Identification* (CFHI)

⁶ Ver Glenn R. Schmitt, *DNA Projects Target Missing Persons Cases, The CJIS Link* (Vol. 9, No. 3, October 2006).

localizado na *University of North Texas Health and Science Center* em Fort Worth, parte de uma ideia interessante, a de reduzir os custos da criação de bancos. Não é necessário enfrentar os custos da criação de vários bancos de identificação. Qualquer agência policial ou prisional pode solicitar testes nucleares (STR) e mitocondrial de DNA (mtDNA) *grátis*. Os testes são feitos em fragmentos de corpo humano e em familiares de desaparecidos. A mesma instituição, o CFHI, também conduz exames adicionais que possam contribuir para determinar a *causa mortis*. Toda informação é, então, integrada ao Banco de Dados Nacional, permitindo parear as informações no nível nacional e não apenas no local ou estadual. É uma versão ampliada, mais técnica, completa e rápida do INFOSEG.

Essas atividades e essa instituição são financiadas pelo NIJ (*National Institute of Justice*). Há mais dois laboratórios nos Estados Unidos capacitados para realizar esses testes, o do FBI e o do Departamento de Justiça da Califórnia. Esses laboratórios e as bases de dados tem sido crescentemente utilizados para resolver casos antigos, pré-DNA.

A utilidade no estado do Rio de Janeiro é óbvia: há mais de quatro mil e quinhentos desaparecidos anualmente e há um grande número de vítimas de mortes violentas sem qualquer identificação que são enterradas como indigentes. Não sabemos quantos desses foram vítimas de homicídio, quem são eles, nem quem são as vítimas não identificadas. Reitero: a experiência de outros países nos sugere que a grande maioria dos desaparecidos *não* é composta por vítimas de homicídio. Não sabemos se é assim ou não no Rio de Janeiro, porque ainda não temos essas informações. A construção de uma base de dados que inclua desaparecidos, familiares e vítimas de morte violenta (que, portanto, deveriam ser necropsiadas) permitirá identificar um certo número de mortos definidos como indigentes não identificados.

A participação de familiares é indispensável. Objetos simples, como o pente ou a escova de dentes do desaparecido pode proporcionar materiais suficientes para a identificação do DNA. Por isso, o Dr. Arthur Eisenberg, que é membro do *Missing Persons National Task Force* e foi diretor do CFHI insiste na importância da participação das famílias para poder coletar e identificar o DNA, agregando-o à base nacional de dados. Sem o corpo, nem amostras biológicas enviadas pela família ou coletadas pela polícia na residência, não há como iniciar o processo. A utilidade não é apenas uma tentativa desesperada de identificar um desaparecido, mas de transformar a base de dados num instrumento comum, usado frequentemente nas investigações criminais.

Há organizações públicas e privadas dedicadas a catalogar, estudar e encontrar desaparecidos, assim como a ajudar seus parentes. A *International Commission on Missing Persons* (ICMP) foi criada em 1996, por iniciativa do

Presidente Clinton em Lyon, na França. Inicialmente, seus esforços foram dirigidos para o espaço da antiga Iugoslávia, porque, terminada a guerra, havia 40 mil pessoas desaparecidas. Supunha-se que a quase totalidade estaria morta. Vários governos nacionais da região participaram da iniciativa. Dos 40 mil, 30 mil eram da Bósnia e Herzegovina e de Kosovo. A guerra na Croácia deixou 5.500 desaparecidos; a de Kosovo outros 4.400. Hoje, o número de desaparecidos foi reduzido a 14 mil (dos 40 mil iniciais). A participação da ICMP foi essencial. Em fins de 2001, seus laboratórios de DNA foram inaugurados e aproximadamente 15 mil mortos já foram identificados. Esse conflito permitiu o desenvolvimento e a aplicação de várias técnicas, inclusive de identificação aérea de valas comuns contendo cadáveres e de aplicação em massa de testes de DNA, estratégia principal na identificação dos corpos. Para tal, a ICMP criou uma base de dados de familiares usando mais de 87 mil amostras de sangue, que representavam quase 29 mil vítimas. A ICMP analisou quase trinta mil fragmentos de ossos.

Essa guerra e seus mortos e desaparecidos são um *tipo* de macro-situações que geram muitos mortos sem identificação que entram em listas de desaparecidos. Catástrofes naturais, como tsunamis e terremotos são outros exemplos de eventos acompanhados por um grande número de desaparecidos.

A ICMP adotou uma política eficiente de apoiar associações de famílias de desaparecidos, além de coordenar os esforços esparsos de indivíduos e grupos. Além dessas iniciativas que poderiam ser estudadas em detalhe e, talvez, aplicadas ao Brasil, houve campanhas de educação e conscientização dos direitos da cidadania no que concerne seus mortos e desaparecidos^{7 e 8}. A lógica do apoio a essas instituições deriva, por um lado, das limitações dos recursos públicos para enfrentar o problema e, por outro, da duplicação e sobreposição de ações de muitas instituições privadas. Há, não obstante, outras razões que não devem ser desprezadas no Brasil, começando pelas informações que algumas delas (como Associações de Moradores de Bairro e Igrejas) possuem, mas que o setor público não possui, e que o diálogo delas com a população é mais fácil.

Aprendemos que catástrofes naturais e humanas produzem grande número de desaparecidos; a construção de bases de dados com o DNA e outras informações sobre os desaparecidos, as vítimas e seus familiares permite a identificação de um grande número de pessoas e associações não governamentais são peças importantes podendo contribuir significativamente para a localização e identificação de desaparecidos, e devem ser apoiadas e coordenadas pelo setor público.

7 Ver *Missing persons in Austrália*, série *Trends and issues in crime and criminal justice*, n. 353.

8 Ver <http://www.ic-mp.org/icmp-worldwide/southeast-europe/>

12. ALGUNS PROBLEMAS NAS ANÁLISES AGREGADAS DO HOMICÍDIO

Muitas análises de homicídios no Brasil incorrem em erros e algumas esbarram em problemas insolúveis. Um problema comum aos estudos agregados é o da multicolinearidade – muitas características estruturais usadas para explicar o homicídio são altamente correlacionadas entre si, gerando erros padrões muito grandes para os coeficientes de regressão e estimativas instáveis.

As análises que relacionam características de uma sociedade com a ação de sub-grupos dessa sociedade são um recurso usado apenas quando não estão disponíveis os dados desejados a respeito das características dos sub-grupos estudados. Trabalhamos, então, com os dados sobre a sociedade como um todo, esperando “ferventemente” que essas características afetem o comportamento dos sub-grupos (alguns deles nos extremos na distribuição).

Há razões para essa preocupação: quanto mais próximos à média da sociedade estiver o grupo em questão, maior a probabilidade de chegarmos a uma associação correta; porém, muitas análises focalizam o comportamento de sub-grupos que ocupam uma posição extrema na distribuição – como traficantes, ladrões, homicidas etc.

Além dessas considerações, há grupos “protegidos” das variações nas médias nacionais. Por isso, as médias societais (da sociedade como um todo, ou dos adultos como um todo, ou dos homens como um todo) têm aplicação limitada nas análises do comportamento de grupos com alto grau de *autonomia funcional*, que estão parcialmente protegidos das flutuações nacionais. Como exemplos, menciono militares, juizes, desembargadores, promotores, legisladores – e setores do setor público geralmente em maior proporção do que o privado. Variações nas médias afetam essas ocupações menos do que outras. Da mesma forma, os residentes de instituições totais ou quase-totais – como presos – estão relativamente protegidos das variações nas médias nacionais.

Não obstante, há indicadores mais e menos suscetíveis ao peso dos extremos, como a renda *per capita*, que é um excelente indicador de desenvolvimento econômico, mas é muito influenciada pelas rendas mais altas. As rendas dos 10% mais altos pesam, em alguns casos, mais do que os 60% mais baixos, que é onde se concentram desproporcionalmente tanto as vítimas quanto os autores de homicídios. A moda e a mediana são mais próximas da população-alvo mas, mesmo assim, apresentam um afastamento; as populações que precisamos estudar estão longe da renda média, da educação média e de várias outras médias.

Essas limitações sublinham a necessidade de termos acesso a dados individualizados; de realizar análises multi-níveis, macro-micro; de integrar bases de dados etc. Essas pesquisas exigem um conhecimento estatístico que poucos

programas de pós-graduação nas Ciências Políticas e Sociais oferecem a seus alunos, gerando a impossibilidade de que trabalhem nessas áreas.

Porém, em parte ainda vivemos a cultura da ditadura e há muita dificuldade no acesso a dados que, em muitos países, são públicos e disponíveis na internet, mesmo sabendo que as entrevistas de qualquer pesquisa desta natureza não devem incluir a identificação do entrevistado (um protocolo obrigatório de acordo com a ética da pesquisa científica), elas dificilmente são autorizadas.

PESQUISAR COM DADOS E INFORMAÇÕES ADEQUADAS AINDA É UM SONHO NO BRASIL

Avançamos muito nesse seminário⁹. Alguns dos próximos passos, creio, devem levar em consideração que os homicídios não são todos iguais; que há tipos de homicídio que diferem muito entre si – terminam no mesmo ato mas percorrem caminhos muito diferentes e têm atores e determinantes diferentes.

Essas diferenças não são acadêmicas: a prevenção e a resolução de cada tipo requerem dados específicos, diferentes uns dos outros; todos os presentes fisicamente ou através da leitura dos textos podem ajudar nesse mutirão do conhecimento.

Unidos, conheceremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIEHAL, Nina. Randomised controlled trials in children's services: challenges and strategies, Randomised Controlled Trials on Family Programmes: Experiences from Neighbouring Countries Conference, Copenhagen, Denmark, 31 March 2011.

_____. Permanency planning: reunification or long-term care? Research, policy and practice in England. Keynote, The Family's Right to Their Child Conference, Warsaw, Poland, 28 April 2011.

_____. Permanence and progress in foster care and adoption. Keynote, The Child's Journey Through Care Conference, Edinburgh, 13 May 2011.

_____. Reunifying children in care with their families: using research in practice. Plenary, Integrating Evidence-Based Practices in Child and Family Services: Lessons Learned from Different Countries Conference, University of Bolzano, Italy, 29 June 2011.

BIEHAL, Nina; ELLISON, S. & SINCLAIR, I. .Intensive fostering: an independent evaluation of MTFC in an English setting, Children and Youth Services Review, (Available online.).

9 Primeiro Seminário Nacional sobre Homicídios, realizado em Caruaru, Pernambuco, em outubro de 2009.

- BIEHAL, Nina; MITCHELL, F. & WADE, J. Lost from View: Missing Persons in the UK, The Policy Press, Bristol, 2003.
- BIEHAL, Nina & WADE, J. Children who go missing: research, policy and practice. Social Work Research and Development Unit, University of York, UK, 2004.
- COOPER, Donald C. Fundamentals of search and rescue. Jones & Bartlett Learning, 2005.
- GRAYCAR, Adam. Year in Review. In Part I of Annual Report 2000-2001. Criminology Research Council. Australian Institute of Criminology, 2001.
- JAMES, Marianne; ANDERSON, Jessica & PUTT, Judy. Missing persons in Australia. TRENDS & ISSUES in crime and criminal justice. Australian Institute of Criminology, março de 2008, No. 353.
- KOESTER, R. J. & STOOKSBURY, D. E. (1995) Behavioral profile of possible Alzheimer's Disease Subjects in Search and Rescue Incidents in Virginia. Wilderness and Environmental Medicine. 6: 34-43.
- MITCHELL, B. 1986. A summary of the National Association for Search and Rescue data collection and analysis program for 1980- 1985. Fairfax, VA: National Association for Search and Rescue.
- RAND, Michael R. The National Crime Victimization Survey; 32 years of measuring crime in the United States. U.S. Bureau of Justice Statistics, Fevereiro de 2005.
- PERKINS, D.; ROBERTS, P. & FEENEY, G. Missing Person Behaviour – A UK Study (Full Report). The Centre for Search Research, Sep 2002.
- RITTER, Nancy. Missing Persons and Unidentified Remains: The Nation's Silent Mass Disaster, National Institute of Justice Journal, No. 256, Jan 2007.
- SYROTUCK, William G. Analysis of Lost Person Behavior: An Aid to Search Planning. Barkleigh Productions Inc. Jun 2000.

SITES CONSULTADOS

<http://www.datasus.gov.br>

<http://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/ucr>

<http://www.missing.org.nz>